



III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

Cenários e Desafios Contemporâneos

18 e 19 de Novembro

Evento totalmente online

UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Curriculo, Memórias e Narrativas
em Educação
Mestrado em Educação

Programa de Pós-Graduação
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado

COMITÊ ORGANIZADOR
DO ENSINO MÉDIO

UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO DAS REFORMAS DO ENSINO MÉDIO SOB A PERSPECTIVA DO ‘ESTATISMO AUTORITÁRIO’.

Livia Fernanda Morales

O objetivo deste resumo é um breve panorama histórico do processo político-estatal das principais reformas do ensino médio no século XX. Partindo do conceito de ‘estatismo autoritário’ de Poulantzas iniciarei com a Reforma Francisco Campos de 1931 a até a lei 14.946 de 2024, batizada de Política Nacional do Ensino Médio. Este trabalho parte da perspectiva que a educação da juventude é um tema central de discussão e tensão social porque nele se sintetizam projetos societários. O processo de reestruturação produtiva e de mistura da ideia de cidadania com a de consumidor, tem neste grupo populacional um alvo específico, pois a diminuição da desigualdade social e econômica da juventude impacta de forma direta na diminuição geracional da pobreza.

Metodologicamente, a partir da revisão de autores que refletem sobre as diferentes reformas, procuro destacar as tensões políticas que cercam as legislações, destacando as estratégias do Estado para realizar alterações e mudanças no ensino médio. Por isso, a ideia de reforma do estado está subsidiada na leitura de Poulantzas em *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Em termos gerais, esta obra se preocupa com a análise do estado a partir das relações sociais que o constituem. O estado, neste sentido, é também o palco onde se materializam as contradições sociais das classes. A atuação estatal, especialmente nas fases avançadas do capitalismo nas que se acirra a divisão social do trabalho, é o local de disputa pela hegemonia de classe.

O Estado democrático de direito se mantém ancorado na possibilidade da disputa do poder. Quando a conjuntura política não permite que se chegue a acordos pelas vias tradicionais da democracia, a crise aparece como uma oportunidade de manter ou transformar a ordem social ou aspectos dela. A crise para Poulantzas é um mecanismo característico do capitalismo e que oportuniza o estatismo autoritário.



III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

Cenários e Desafios Contemporâneos

18 e 19 de Novembro

Evento totalmente online

UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Curriculo, Memórias e Narrativas
em Educação
ISSN 2526-6109

Programa de Pós-Graduação
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado

COMITÊ ORGANIZADOR
DO ENSINO MÉDIO

O estatismo autoritário, portanto, representa uma oportunidade para o poder organizado na estrutura estatal "flexibilizar" a dinâmica política. Ele pode tanto manter quanto desmontar, "reformular" ou mesmo radicalizar, utilizando a ordem burocrática do executivo, o papel representativo dos agentes legislativos e a "imparcialidade" do sistema jurídico, gerando uma unidade tensa e contraditória do Estado. As reformas legislativas seriam, então, uma das ferramentas possibilitadas por crises (políticas, econômicas, sociais, etc) para justificar e legitimar a reorganização de algum aspecto do estado, garantindo os interesses hegemônicos.

É no governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) que em 1931 é fundado o Ministério dos Negócios Interiores da Educação e Saúde Pública (MESP). O ministro Francisco Campos é encarregado de organizar o sistema escolar para centralizá-lo e unificá-lo. Ainda neste ano, os decretos nº 19.890, de 18 de abril de 1931 e nº 21.2141, de 4 de abril de 1932 pretendiam modernizar o ensino secundário seguindo a tendência de divisão em dois ciclos (Dallabrida, 2009, p.189). A reforma Francisco Campos, neste sentido, transforma e prepara o sistema nacional para sua modernização e aponta para a necessidade de preparar a elite para profissões liberais e para cultura geral, mantendo a desarticulação com os cursos profissionais que não davam acesso ao ensino superior. (NETO, MARQUES, 2019).

Na década de 30 se registra o aumento de 134% das matrículas, mas o alto índice de expulsão manteve a escola para poucos. O projeto estatal se baseava no "saneamento moral e físico da população" (MONTALVÃO, 2021, p 4), através da educação, a saúde e o trabalho como linhas de frente, Gustavo Capanema, ministro entre 1934 e 1945, deu continuidade a este projeto como avalista dos interesses privados e da pressão da igreja católica e do exército sobre a legislação educacional.

A Reforma Capanema, ou Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, resultou de tensões entre grupos que consideravam a reforma anterior excessivamente centralizadora. Segundo Montalvão (idem, ibidem, p. 19), o modernismo conservador da reforma de Francisco Campos descontentou os proprietários de escolas privadas. Capanema, então, ajustou essas políticas, acomodando os interesses do setor empresarial, equilibrando a centralização com maior abertura para a iniciativa privada.



III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

Cenários e Desafios Contemporâneos

18 e 19 de Novembro

Evento totalmente online

UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Curriculo, Memórias e Narrativas
em Educação
ISSN 2526-8109

Programa de Pós-Graduação
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado

COMITÊ ORGANIZADOR
DO ENSINO MÉDIO

Já em democracia, a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 se destacou por seu caráter conciliador. A tensão política do retorno à democracia, nesse período, somou-se àquelas já existentes desde a Revolução de 1930, marcadas pelo embate entre os defensores da Escola Nova e a Igreja Católica (MARCHELLI, 2014, p. 1485). A tramitação da LDB durou 13 anos e seu resultado foi um retorno aos princípios do anteprojeto apresentado em 1946 pela manutenção do dualismo e da segmentação e do espaço da rede privada.

Após 10 anos da aprovação da LDB de 61, o contexto político era completamente diferente. Na ditadura-cívico militar, a lei 5.692/1971 demorou 30 dias para ser aprovada e tinha como objetivos is: “formar mão de obra qualificada para atuar no mercado de trabalho, suprimindo a alta demanda das indústrias brasileiras, devido o milagre econômico” (CARLOS, 2024, p 9) e a contenção do ensino médio com um segundo grau caráter terminal.

Com o retorno da democracia, a LDB de 1996 demorou 8 anos de tramitação no congresso nacional. A disputa entre o setor privado e os defensores da educação pública que se alastra desde o Estado Novo, no marco dos 90 destaca-se a atuação das escolas privadas laicas. Este movimento se deve ao aumento da importância da educação como negócio e da necessidade de mantê-la assim. O senado foi o centro de novas propostas e debates e a presença da sociedade civil e das entidades científicas foi central na defesa da educação pública.

Todas as reformulações e alterações nesta LDB foram marcadas pelo debate público sobre o projeto educativo e societário, mas o golpe parlamentar de 2016 contra Dilma Rousseff mudou esta tendência. Na forma de uma medida provisória — um mecanismo legislativo que, neste contexto, adquire um caráter autoritário, conforme apontado por Ramos e Frigotto (2023) — a reforma do ensino médio foi legitimada por meio da mídia e o uso do argumento da ‘vocação’ juvenil retoma a lógica da Reforma Capanema, perpetuando a segmentação da educação entre as classes sociais (idem, ibidem, p. 231).

A ‘vocação’ juvenil está a narrativa da auto exploração, que não auxilia a juventude a ter ferramentas estruturadas para pensar o trabalho de forma não ingênua. A conciliação política democrática foi substituída por uma radicalização de posições políticas e pelo autoritarismo de Estado, conforme proposto por Poulantzas. Assim, quando as instituições da democracia não



**III CONGRESSO INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA**

Cenários e Desafios Contemporâneos

18 e 19 de Novembro

Evento totalmente online

UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Curriculo, Memórias e Narrativas
em Educação
ISSN 2526-8508

Programa de Pós-Graduação
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado

COMITÊ NACIONAL
DO ENSINO MÉDIO

conseguem resolver conflitos políticos pelos meios tradicionais, surge uma "guerra de manobras". Tradicionalmente se entende que uma *reforma* é uma mudança pontual e uma *política* consiste em um conjunto de diretrizes e estratégias de longo prazo que orientam o funcionamento do Estado. A exclusão da participação civil no processo de construção dessa política evidencia o avanço para uma fase autoritária do Estado, quando a reforma volta ao debate no terceiro governo de Lula, relatada pelo seu criador, Mendonça Filho, o atual ministro Camilo Santana rebatizou a reforma de “Política Nacional do Ensino Médio”, talvez tentando ganhar uma legitimidade política.

Palavras-chave: Ensino médio; Reformas de Estado; legislação.

REFERÊNCIAS

CARLOS, N; MENESES, R.; NETA, O. A Lei nº 5.692 de 1971 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996: aproximações e distanciamentos na organização do ensino na educação básica. In: *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. e741974981, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/9iVRC> . Acesso em: 10 set. 2024.

MARCHELLI, P.S. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as Bases Curriculares Nacionais. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1480 - 1511 out./dez. 2014. Disponível em: <https://encurtador.com.br/AR16e> Acesso em: 9 set 2024

MONTALVÃO, S. S. Gustavo Capanema e o ensino secundário no Brasil: a invenção de um legado. In: *Revista História da Educação*, v. 25, n. 1, p. e019, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aap5G> . Acesso em: 5 set. 2024.

NETO, F.; MARQUES, W. A Reforma Francisco Campos e a Conferência Internacional de Instrução Pública De 1934. In: *CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 7*, 2019, Maceió. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/XANpa> . Acesso em: 1 set. 2024.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. SP: Paz e Terra. 2000

RAMOS, M; FRIGOTTO, G. A contrarreforma do ensino médio: dupla traição aos jovens da escola pública. In: FRIGOTTO, G. (org.). *Ensino médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica: determinações culturais, econômicas, políticas e legais*. RJ: Expressão Popular, 2023. p.209-251.



III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

Cenários e Desafios Contemporâneos



18 e 19 de Novembro



Evento totalmente online

